

BASES DO JORNALISMO AMBIENTAL E OS DESAFIOS PARA A COBERTURA DA RIO+20

Ilza Maria Tourinho Girardi^a

Cláudia Herte de Moraes^b

Eloísa Beling Loose^c

Resumo

O artigo mostra os avanços e desafios da cobertura jornalística de eventos políticos ambientais, tendo em vista a proximidade da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que ocorre em junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Buscamos fazer uma reflexão sobre o papel do Jornalismo Ambiental hoje, levando-se em conta pesquisas realizadas a partir do trabalho da mídia na cobertura de grandes conferências relacionadas ao meio ambiente.

Palavras-chave

Rio+20; Jornalismo Ambiental; cobertura jornalística; imprensa; meio ambiente; Eco 92

Abstract

The article shows the progress and challenges of media coverage of environmental political events, in view of the proximity of the United Nations Conference on Sustainable Development (Rio+20), which occurs in June 2012, the city of Rio de Janeiro, Brazil. We seek to reflect on the role of the Environmental Journalism today, taking into account research conducted from the work of the media coverage of major conferences related to the environment.

Keywords

Rio+20; Environmental Journalism, news coverage, media, environment, Eco 92

Introdução

A cobertura jornalística da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) Eco 92 é citada por inúmeros jornalistas e pesquisadores da Comunicação Ambiental como sendo um marco histórico da ampliação de espaços para os problemas ambientais na grande mídia. Vinte anos após a sua realização, novamente o Rio de Janeiro é cenário para o mesmo debate. No entanto, a situação mostra-se claramente mais grave, pois os bens naturais do planeta e algumas fontes vitais encontram-se reduzidas ou esgotadas. Há carência de área para plantar e colher, de água potável para consumo e para pesca, além de muitos problemas para alimentação do número recorde de sete bilhões de habitantes na Terra, alcançado em 2011. Especialmente na última década, o tema do aquecimento global e das alterações climáticas tem recebido algum destaque na sociedade, com participação maior dos cientistas e do jornalismo na divulgação destes temas. Há vários e incontáveis fatores que demonstram que a crise ambiental é global e que o homem é o maior responsável pela poluição, pela devastação e pelo uso inadequado dos bens naturais.

Nossa proposta é discutir o papel do Jornalismo Ambiental. Depois de 20 anos, quais os desafios para o jornalismo cumprir melhor o seu papel de informar os cidadãos a respeito das questões ambientais? A reflexão sobre a cobertura de 1992 também será considerada, a partir de alguns estudos sobre o jornalismo praticado naquele período. A partir de pesquisas sobre a relação jornalismo e meio ambiente, especialmente sobre as coberturas das conferências do clima - COPs - de 2009 e 2010, apontaremos as expectativas e alguns dos principais desafios da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) para o jornalismo.

1 As ideias ambientalistas na mídia: um pouco de história

A cobertura de eventos e fatos ambientais cresceu nos últimos anos, embora a maneira como as questões sejam tratadas nem sempre correspondam aos anseios do que se espera de um discurso jornalístico comprometido com a sustentabilidade da vida. De qualquer forma, é indiscutível que a temática esteja pouco a pouco ganhando mais espaço nos veículos de

comunicação e as pessoas consigam compreender melhor o que significa meio ambiente do que cerca de 40 anos atrás.

Apesar de o tema não parecer mais estranho atualmente, equipes de economia, política e esportes ainda costumam alavancar mais profissionais e despertar maior interesse nos editores. O meio ambiente começou a aparecer nos jornais, geralmente como pauta secundária nos meios de comunicação em geral. Isso pode ser percebido, por exemplo, quando há dúvidas sobre o espaço a ser ocupado por algum acontecimento ambiental. Por ser um assunto de faceta multidisciplinar, ele pode ser desdobrado nas mais variadas editorias e, conforme o enfoque, tornar-se uma notícia de política, de economia, de comportamento ou de polícia.

No Brasil, embora ações a favor do meio ambiente já ocorram há mais de um século, a importância dada pela mídia na divulgação de informações demora a aparecer ou é feita individualmente por alguns que acreditavam na causa. Sorrentino (2005) conta que, desde o descobrimento do Brasil até início da década de 1970, ainda que tenha sido um momento caracterizado pela exploração da natureza, já existiam iniciativas conservacionistas e algumas delas contavam com o auxílio de comunicadores que divulgavam as questões de cunho ambiental. Sorrentino (2005) cita como exemplos da preocupação com a devastação do meio ambiente os artigos e reportagens de José Bonifácio de Andrade e Silva, no século XIX, que tratavam da insustentabilidade deste modelo de desenvolvimento, produção e consumo. Desta forma e em ritmo lento, a imprensa brasileira, de forma geral, só passou a considerar a problemática ambiental como uma pauta para seus veículos recentemente, diante da frequência e intensidade dos fenômenos resultantes dos desgastes do planeta.

É importante que se diga que esse ‘atraso’ e falta de interesse por uma cobertura mais qualificada e sistemática não são exclusivos da imprensa brasileira. O sociólogo John Hannigan (1995, p.85) declara que nos Estados Unidos a preocupação com a conservação também é antiga - já existia desde 1880 -, porém o dogma central do ambientalismo – de que tudo no planeta está conectado – ainda demora a ser compreendido em termos jornalísticos. “Os assuntos abordados nessa época eram específicos e tratados como

somente problemas locais”, destaca Hannigan. Segundo este autor, derramamentos de óleo, enchentes, queimadas, e demais acidentes ambientais eram noticiados, entretanto, sem as devidas considerações e repercussões. A cobertura inicial era pontual e bastava-se com as respostas do tradicional formato noticioso do lead (a simples resposta às perguntas: o que, quem, quando, onde e como), somado a relatos dos ‘especialistas’.

Durante o final dos anos 1960 e princípios dos anos 1970, a mídia aumentou drasticamente o espaço dado ao meio ambiente. Nesse período, “pela primeira vez, as questões ambientais foram vistas pelos jornalistas na Grã-Bretanha e na América como uma categoria principal de notícias” (Hannigan, 1995, p. 85). A mudança de consciência deveu-se, em boa parte, pela visão que se teve da Terra a partir da lua, em 1969. Com a imagem do globo terrestre, até então desconhecida e não-imaginada, o meio ambiente ganhou destaque na esfera pública.

Contudo, depois desse despertar, a cobertura começou a decair. Até os anos 1980, o sociólogo aponta que as notícias ambientais continuam a ser específicas e ter importância apenas local. Hannigan (1995) avalia que apenas na década seguinte as histórias sobre o tema ganham um caráter mais global e complexo. Na maioria dos países, as pautas ambientais demoraram ainda mais para ter espaço, destacando-se apenas em grandes desastres ou acidentes.

No Brasil, acompanhando os rumos mundiais, o tratamento dos fatos ambientais também demorou a ser considerado, florescendo no fim da década de 1960. Surgem nesta época os primeiros movimentos ambientalistas, como a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – Agapan - criada pelo ativista José Lutzemberger, a Resistência Ecológica, a Associação Paulista de Proteção à Natureza e a Associação Catarinense de Preservação da Natureza. Estas instituições tinham objetivos bem amplos, visando à preservação da natureza como forma de cuidado da espécie humana. É neste período de criação de entidades com preocupação ambiental que muitos exilados políticos retornam ao Brasil trazendo exemplos do que já ocorria na Europa – onde a consciência ambiental já tinha um pouco mais de força que nas terras brasileiras. Após os ambientalistas levantarem

sua bandeira em prol de uma vida mais sustentável, a comunidade científica também se interessa pelo tema e inicia os estudos que comprovariam a ameaça de manutenção da espécie humana.

O jornalista Roberto Villar (1997, online) menciona a Conferência da Biosfera, ocorrida em Paris em 1968, e o surgimento da primeira entidade de Jornalismo Ambiental na França, na mesma época, como marcos do nascimento do Jornalismo Ambiental. Além disso, cita o pioneirismo do jornalista brasileiro Randau Marques:

No mesmo ano [1968], era preso no Brasil - pela Operação Bandeirantes - o jovem repórter Randau Marques, primeiro jornalista brasileiro a se especializar em meio ambiente. Randau foi considerado subversivo na época porque escreveu num jornal da cidade paulista de Franca (berço dos curtumes) reportagens sobre a contaminação de gráfcos e sapateiros com chumbo, e já questionava a expressão "defensivos", mostrando que os agrotóxicos eram responsáveis pela mortandade de peixes e pela intoxicação de agricultores. Depois, Randau se especializou em assuntos urbanos e questões ambientais no Jornal da Tarde. (VILLAR, 1997, online)

Em 1972 ocorre a Conferência das Nações Unidas em Estocolmo, Suécia, considerada a primeira atitude mundial a tentar preservar o meio ambiente. A ideia de que a natureza é inesgotável e está a serviço do homem ainda era dominante, mas problemas como a seca de rios e lagos, a incidência de ilhas de calor e o efeito da inversão térmica, alertaram o mundo neste evento, que fez com que a Organização das Nações Unidas (ONU) lançasse a 1ª Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente. A Conferência de Estocolmo, como é chamada, fez o primeiro grande alerta de que existem recursos finitos e que as ações humanas gerarão consequências que serão sentidas pelas futuras gerações.

Villar (1997) destaca que foi depois desta conferência que as questões ambientais começaram a aparecer com maior frequência na imprensa internacional. No Brasil, elas ainda apareciam na mídia de forma muito pontual e os movimentos agiam majoritariamente baseados em denúncias.

Na década seguinte, há uma expansão do movimento e o meio ambiente começa a ter mais

espaço e envolvimento na arena política. O que chamamos de Jornalismo Ambiental hoje nasce no Brasil a partir do esforço pessoal de alguns jornalistas interessados pelo tema. Na grande mídia, seguem as coberturas de catástrofes, construídas apenas sob a ótica do que é factual (deixando, muitas vezes, contextualização e problemáticas de lado). Villar (1997) aponta a descoberta do buraco na camada de ozônio, em meados da década de 1980, e as primeiras hipóteses sobre o impacto das atividades humanas no aumento do aquecimento global como propulsores de um novo *boom* sobre meio ambiente na mídia. “A imprensa brasileira reagiu às preocupações dos países do primeiro mundo, e se voltou para os problemas ambientais da Amazônia”, afirma.

Villar (1997) demarca ainda dois eventos ocorridos em 1989, que auxiliaram na expansão da atividade em nosso país: o seminário "A Imprensa e o Planeta", promovido pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão e pela Associação Nacional de Jornais, em São Paulo, e o "Seminário para Jornalistas sobre População e Meio Ambiente", organizado pela Federação Nacional dos Jornalistas, em Brasília. Esses momentos possibilitaram que autoridades no assunto pudessem trazer a questão para os jornalistas brasileiros e deu origem aos núcleos regionais de Jornalismo Ambiental em São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. Tais núcleos tinham a intenção de criar uma entidade nacional de Jornalismo Ambiental.

Com o passar dos anos, somente o Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul (NEJ/RS)¹ conseguiu sobreviver às adversidades. Recentemente, em razão do maior destaque ao meio ambiente e da necessidade de preparar profissionais da comunicação para cobrir de forma qualificada esse tema, núcleos de ecojornalistas e ecomunicadores foram fundados e outros reativados.

Nos anos 1990, após inúmeros desastres e uma conscientização maior dos jornalistas, empresários e políticos, abriram-se espaços específicos para o tema e surgiram revistas voltadas somente para tratar a temática. Mesmo com os avanços, ainda encontram-se muitas notícias isoladas de contexto e delineadas por causa de eventos (nas quais são consideradas a presença de celebridades e o simbolismo), de catástrofes ambientais e de

acontecimientos jurídicos administrativos, como audiências públicas, alterações de leis ambientais, lançamentos de livros, etc.. Além disso, o uso de fontes lattenizadas (expressão de Bueno, 2007), isto é, fontes oriundas do meio científico, com *currículo lattes*, permanecem recorrentes nas matérias ambientais. O viés da divulgação científica é forte quando se observa o meio ambiente nos meios de comunicação.

A cobertura ambiental no País foi reforçada quando eventos ambientalistas de grande porte aconteceram aqui, a exemplo das conferências internacionais Rio 92 e Rio+10². Nesse período, ocorreu intenso debate na sociedade sobre temas de interesse do meio ambiente e a mídia mobilizou-se a favor da causa. Contudo, após os eventos, o interesse diminuiu.

Embora a cada década haja mais envolvimento e descobertas que induzam a uma atenção maior para a questão ambiental, a cobertura ainda carece de mais qualificação. Faltam repórteres e editores que compreendam a complexidade do tema e atuem de forma sistemática, assim como empresários da comunicação que invistam na qualificação da informação, permitindo ao público que entenda as conexões que não podem ser explicadas em um simples lead. Temos acesso hoje a revistas e cadernos especializados e até editoriais ‘verdes’ voltadas para o tema, porém assistimos a muitos momentos de encolhimento, no qual o meio ambiente parece ser desinteressante.

Tal desestímulo, apontado no Manual de Comunicação e Meio Ambiente (2004) pode ser atribuído a crises financeiras e de gestão dos veículos de comunicação, que invariavelmente diminuem os espaços jornalísticos sobre o assunto. Outro fato é a substituição de jornalistas experientes por repórteres iniciantes (e, assim, mais baratos), resultando, em coberturas superficiais e fragmentadas, muitas vezes limitadas a desastres ambientais ou temas polêmicos.

O meio ambiente na mídia brasileira passa por movimentos sazonais, que refletem mais a posição secundária com a qual o tema tem se inserido na agenda de prioridades de governos, empresas e demais segmentos.

2. Bases do Jornalismo Ambiental

O Jornalismo Ambiental não é meramente a prática jornalística de assuntos ambientais. Apesar de ser considerado por muitos autores uma especialização do jornalismo, ele extrapola esta definição porque agrega comprometimento com a sustentabilidade do planeta. Concordamos com Girardi, Loose, Massierer e Schwaab (2010):

A concepção é outra, mais ampla, crítica, baseada na pluralidade de vozes e em teorias que compreendem a visão sistêmica e a perspectiva da Complexidade. Ele está norteado por uma série de características/atributos que vão além de exercer uma cobertura factual ou programada. (Girardi et al., 2010)

Propomos a qualificação da informação ambiental em dois eixos: por um lado, fazer um jornalismo coerente com os ideais ambientais – como o de respeitar as diferenças e o de perceber que o planeta é repleto de frágeis ligações que nos incluem e afetam; por outro, respeitar os critérios de apuração e redação. Moraes e Corrêa (2008) afirmam que o jornalista deve assumir a responsabilidade com a repercussão de seu discurso na sociedade, pois se trata de “ter como base da atuação prática do jornalismo, uma possível ética do porvir, uma prestação de serviço para as futuras gerações, urgente e necessária” (p.223).

É preciso compreender, desta forma, que a função do jornalista é social, e sua missão é despertar a discussão e o entendimento dos fatos. Por isso a ênfase na contextualização e na cobertura sistemática das questões ambientais não deveria ser algo específico do Jornalismo Ambiental e, sim, de qualquer forma de construção jornalística.

Entre as características que delimitam ou sustentam o Jornalismo Ambiental estão a incorporação da visão sistêmica³, a necessidade de ouvir o maior número possível de fontes relacionadas com o tema, a profundidade do conteúdo e a cobertura sistemática do assunto. Pesquisadores da área ainda mencionam a perspectiva teórica da Ecologia Profunda (Capra, 1996), que considera todas as formas de vida integrantes de uma teia de relações, com sua importância para o todo. Girardi, Pedroso e Baumont (2011, p. 48) lembram que “mesmo fazendo parte dessa rede de organismos vivos, os seres humanos frequentemente comprometem, com suas ações, o equilíbrio dos ecossistemas e a continuidade de sua

própria vida”. Dessa forma, o trabalho bem feito dos jornalistas assume vital relevância no sentido de educar e informar as pessoas para o exercício da cidadania.

A questão da militância é defendida por autores como Bueno (2007, p.28): “é preciso que os comunicadores ou jornalistas ambientais estejam conscientes de que esta é uma atividade que requer militância, compromisso, capacitação, ética e profissionalismo”. A militância entendida neste contexto diz respeito a uma atitude crítica em defesa da sustentabilidade da vida no planeta. Bueno (2007) explica que quando identificado com a causa ambiental (e deveria ser sempre assim no caso dos jornalistas ambientais), o trabalho deve ser engajado - o que não significa que deva forjar os fatos ou manipular a verdade para fazer valer a sua opinião. A postura crítica do jornalista deve prevalecer em toda e qualquer prática jornalística. Não se trata de dar espaço apenas a um lado ou gerar distorções e sim posicionar-se a favor da qualidade de vida e do efetivo exercício da cidadania.

É importante mencionar que o exercício do Jornalismo Ambiental exige formação prévia e atualização constante, uma vez que o campo é relativamente recente e ainda está em constante modificação. Além disso, a construção do discurso jornalístico ambiental prescinde de muita responsabilidade, visto que a demanda de pautas ambientais é muito ampla, o tempo dos repórteres ainda escasso e as intenções das fontes nem sempre são as mais altruístas.

3. Rio 92: um marco ambiental e jornalístico

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ficou conhecida como Cúpula da Terra, Conferência do Rio, Eco 92 ou Rio 92. Além da presença líderes mundiais, produziu documentos que são marcos do discurso ambiental e da divulgação das ideias do desenvolvimento sustentável, tais como a Agenda 21, a Declaração do Rio, a Declaração de Princípios sobre Florestas, a Convenção sobre Diversidade Biológica e a Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas.

A realização da Rio 92 movimentou os meios jornalísticos que começaram a se preparar para a cobertura do grande evento. Ocorreram os encontros promovidos pela Associação

Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, Associação Nacional de Jornais e pela Federação Nacional dos Jornalistas, alguns jornais criaram editorias de meio ambiente, surgiram veículos especializados e núcleos de Jornalismo Ambiental nos Estados. Consciente da relevância da conferência e das fragilidades da cobertura jornalística na área ambiental, o Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande promoveu um curso de extensão, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, para preparar os profissionais para fazerem um trabalho mais qualificado.

Houve um apelo para a publicação de especiais, como por exemplo, com o lançamento de uma edição especial pela Revista Manchete, na época com boa circulação no Brasil, analisando os principais problemas ambientais do mundo e do país, dando uma panorâmica sobre os pontos críticos e abordando temas problemáticos para a época como a Amazônia, Pantanal, megalópoles, fauna e flora, os limites da sobrevivência para os índios, mares e rios.

Ramos (1995) demonstrou como os meios de comunicação pautam os debates ambientais, pesquisando os jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, e nos telejornais *Jornal Nacional* e o extinto *Jornal da Manchete*. A investigação abrangeu os períodos de preparação, de realização e de repercussão da Eco 92 e revelou o privilégio do enfoque político-econômico. O autor comprovou que foram ignorados os elementos sociais e até mesmo científicos da questão ambiental.

Já Barros (2001), fez um estudo das revistas semanais *Veja* e *Isto É*, no período 1972-1992 e encontrou as principais características do período, como a prioridade nas pautas de contexto urbano; a valorização dos temas globais, especialmente no final do período; denunciamento e características alarmistas, embora em alguns temas o enfoque tenha sido otimista, como, por exemplo, em relação à Amazônia. Para o autor, tanto *Veja* quanto *Isto É* valorizaram a realização da Eco 92, porém *Veja* traz maior número de textos. Em relação aos discursos produzidos Barros (2001) salienta:

As medidas dos governos federal e local para preparar a capital carioca para o evento foi o tema mais explorado em 1991, além do relatório oficial que o Brasil preparou para apresentar à cúpula da Conferência... No período mais próximo da conferência e mesmo durante sua realização, temos reportagens que enfocam com maior ênfase a reunião paralela à Rio 92, que reuniu “*uma leva de ativistas exóticos e ruidosos*” (“Carnaval dos verdes”, *Veja*, maio 1982). Aliás, a atuação das ONG’s é explicitamente desqualificada pela revista, como se vê no próprio título e no parágrafo de abertura do texto supracitado... (Barros, 2001, online)

Andrade (1994) também estudando a Eco 92, apontou que a apropriação da questão ambiental pelos meios de comunicação tem limitações, em especial quanto à seleção de fontes que são predominantemente as oficiais. Arruda (2006) comparou a cobertura da *Gazeta Mercantil* sobre as conferências Rio 92 e Rio+10, identificando que houve diminuição do espaço dedicado ao tema neste período. Segundo a pesquisa, o jornal apresentou uma mudança de foco, com redução do volume de matérias sobre denúncias, impacto ambiental e desmatamento e preservação, e ampliação sobre negócios e investimentos na área ambiental, recursos hídricos e saneamento. Salientou que, apesar de as fontes oficiais ainda dominarem o cenário, houve maior participação das fontes da sociedade civil e de pesquisadores, com uma produção mais local do que em 1992, quando havia muitas matérias traduzidas da imprensa internacional. (Arruda, 2006, p.68-70).

Em análise crítica, Rygaard (2002) compara e exemplifica que, mesmo com o grande *boom* que houve na cobertura da imprensa em 1992, o declínio posterior repercutiu na qualidade ainda incipiente, como demonstra neste trecho:

É comum que se encontre outros casos de notícias sobre meio ambiente “viciadas”, ou seja, exposta de modo desconexo e desprovida das inter-relações com a esfera sócio-político-econômica. Por exemplo: uma notícia que saiu na editoria Ciência e Vida, do jornal *O Globo* do dia 27/04/02, diz: “Calor recorde nos três primeiros meses do ano” e se desenvolve falando que janeiro, fevereiro e março foram os mais tórridos em todo o mundo desde 1860. No decorrer do texto fala-se dos cientistas britânicos que conduziram a pesquisa, do El Niño e da anormalidade do fenômeno. Em momento algum se aborda a questão do Efeito Estufa, da importância dos Estados Unidos assinarem o Protocolo de Kyoto tampouco se menciona o apocalíptico caminho que a Humanidade terá de enfrentar caso as coisas continuem sendo apresentadas da forma que

estão. Como simples registros mecanizados que não refletem a magnitude dos assuntos de que tratam as pautas ambientais. (Rygaard, 2002, p.27)

Rygaard aponta que um dos problemas é o caráter comercial dos veículos de comunicação, que subjagam o conteúdo em função da publicidade. “O que dificulta o desenvolvimento da cultura do jornalismo investigativo na área ambiental e, como os temas são complexos e demandam algum conhecimento científico prévio, fica complicado trabalhar o assunto dentro de uma notícia” (Rygaard, 2002, p.27).

Abreu (2006 apud⁴ Bueno, 2011, p.3) analisou dois veículos jornalísticos brasileiros, e apontou uma dissimulação das tensões entre agressões ambientais e intenções comerciais, “muitas vezes silenciando vozes que poderiam contribuir para tornar o debate mais concreto e revitalizar conceitos básicos, como o de desenvolvimento sustentável”. Para Bueno (2011, p.4), a qualidade da cobertura não acompanha a presença maior da temática na imprensa, “especialmente pelo desvirtuamento dos conceitos, em especial do que contempla a sustentabilidade ou o desenvolvimento sustentável”.

Neste sentido, soa como absolutamente equivocada a falta de visão crítica de determinados veículos que distorcem de tal modo o conceito que tornam possível considerar empresas ou setores, por definição insustentáveis, como “amigos do meio ambiente”. Este foi o caso de reportagem recente de uma revista de grande circulação – Época - que, ao estabelecer um ranking de empresas sustentáveis, incluiu, dentre elas, a Souza Cruz, maior indústria tabagista no Brasil. Como pode uma empresa que está definitivamente empenhada no aumento do consumo do tabaco, responsável por milhões de mortes por ano no mundo inteiro, candidatar-se como sustentável, se ela não “sustenta” ao menos a vida de seus consumidores? Como separar o conceito de sustentabilidade do de qualidade de vida ou até mesmo do de existência de vida? (Bueno, 2011, p.6)

Procurando entender como as lideranças encaram os desafios ambientais, pesquisa realizada em 2008 pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER) entrevistou jornalistas experientes e de destaque, que apresentaram uma posição paradoxal e conflituosa do setor “mídia” sobre as mudanças climáticas, destacando-se uma possível mudança em relação ao tema:

Acham que o assunto ganhou, na imprensa internacional e na brasileira, cores e tintas dramáticas, por demais catastrofistas. Para eles, a era idílica do meio ambiente, quando dominavam as imagens de natureza esplêndida e selvagem – típicas do *Discovery Channel* e *National Geographic* – está acabando para o espectador ou para o cidadão comum. As imagens são agora cada vez mais associadas a desastres, degradação e colapso. Um dos entrevistados lembrou o drama recente vivido pela cidade de Nápoles, “afogada no seu próprio lixo, entrando sem mais nem menos em nossas casas na hora do jantar” (ISER, 2008, p.53)

O Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental da UFRGS realizou pesquisa para traçar um panorama da cobertura de revistas brasileiras e portuguesas acerca das 15ª e 16ª Conferências das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC), realizadas em 2009 na Dinamarca, e em 2010 no México e analisou também os jornais brasileiros *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *O Globo* e *Zero Hora* e os jornais portugueses *Público*, *Diário de Notícias* e *Expresso*. O resultado apontou que a cobertura jornalística tanto no Brasil quanto em Portugal, representa o tema das mudanças climáticas como uma disputa de poder entre os campos políticos e econômicos. Ainda há predominância das fontes institucionais e oficiais, com algum destaque ao campo científico. O discurso apresentado pelas revistas e jornais analisados, apresenta-se na maior parte com viés ecotecnocrático, no qual o meio ambiente é ferramenta para o crescimento econômico (Girardi et al., 2011).

Nos 20 anos que separam as duas conferências do Rio, percebemos algumas mudanças, como, por exemplo, uma maior sensibilização a alguns temas globais, especialmente em relação às alterações climáticas. Porém, ainda não é possível visualizar uma incorporação do meio ambiente como tema essencial no cotidiano do jornalismo.

4. A pauta agora é economia verde

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável no Brasil em 2012 é também chamada de Rio+20. Desta vez, os temas escolhidos para o evento são “Economia verde, desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza”. Mas em que consiste “economia verde?”, é possível haver “desenvolvimento sustentável”? São muitos

questionamentos e, neste breve espaço, destacamos algumas ideias que possam ajudar a entender de que forma este imaginário em torno da Rio+20 está sendo construído. Para exemplificar, acionamos trechos de artigos e reportagens publicadas por veículos na internet, durante três meses, tomando como referência a data inicial da divulgação do documento Draft Zero, em 11 de janeiro de 2012. O documento tem contribuições de diferentes países, organizações nacionais e internacionais, grupos e sociedade civil e foi divulgado pelo governo brasileiro e pela ONU.

Não há uma definição única ou consenso a respeito do que seja, ou deva ser, a economia verde. O economista Ricardo Abramovay (USP), declarou para reportagem do site *Ciência Hoje* que “o sistema econômico não tem a menor ideia de como lidar com o desafio da finitude de nossos recursos e da desigualdade que se alastra pelo planeta.” (Rio+20..., 12 março 2012) Desta forma, o essencial da economia verde é montar “um sistema em que a oferta de bens e serviços seja cada vez menos dependente das matrizes finitas de energia, matéria ou recursos bióticos.” Na mesma reportagem, outro economista da USP, Eliezer Diniz, afirma que conceito não traz novidades em relação às definições do desenvolvimento sustentável.

A crítica à economia verde se sustenta, pois este conceito está sendo incorporado aos discursos sobre meio ambiente, na mesma perspectiva do Desenvolvimento Sustentável, pois anuncia uma preocupação com as questões ambientais a partir da visão da produtividade econômica. O que pode ser considerado um verdadeiro paradoxo, já que a degradação ambiental é decorrente, em grande medida, do uso indiscriminado dos bens naturais, que têm, no capitalismo, o principal objetivo de gerar lucros.

A ideia central da Economia Verde é que o conjunto de processos produtivos da sociedade e as transações deles decorrentes contribuam cada vez mais para o Desenvolvimento Sustentável, tanto em seus aspectos sociais quanto ambientais. Para isso, propõe como essencial que, além das tecnologias produtivas e sociais, sejam criados meios pelos quais fatores essenciais ligados à sustentabilidade socioambiental, hoje ignorados nas análises e decisões econômicas, passem a ser considerados. (Radar, 2011, p.20)

Como está descrito em seu conceito, pode-se perceber que a sustentabilidade socioambiental está sendo colocada como um princípio, ou uma dimensão, a ser levada em conta pela sociedade na busca de seu desenvolvimento. Porém, há um componente de fundo nesta questão da economia verde, principal proposta dos países ricos para a Rio+20, em relação ao tipo de racionalidade em que está inscrita, como discute Pablo Solón:

Eles buscam desenvolver em âmbito mundial um conjunto de indicadores e medidas para quantificar e valorizar economicamente as distintas funções da natureza e introduzi-las no mercado por intermédio de uma série de mecanismos financeiros. Essa economia verde busca não somente a mercantilização da parte material da natureza, mas também a mercantilização dos processos e funções da natureza via o comércio dos serviços dos ecossistemas. Em outras palavras, a chamada economia verde busca não só mercantilizar a madeira das florestas, mas também a capacidade de absorção do dióxido de carbono das mesmas. (SOLÓN, 2012, online)

A natureza, nesta racionalidade puramente econômica, deve ser dominada, utilizada, em função da geração do lucro e da produção de bens e serviços para o consumo. Além disso, tudo o que a natureza oferece, passa a ser um produto ou serviço que deve ser “contabilizado”. Vejamos no artigo de Steiner, do PNUMA:

Desde 2008, o PNUMA tem defendido a Economia Verde como forma de gerar desenvolvimento e empregos sem deixar de manter a pegada da humanidade dentro dos limites ecológicos. Parte do trabalho da Economia Verde tem sido avaliar e informar governos sobre os serviços trilhonários que a natureza oferece, mas que, até recentemente, têm sido quase que invisíveis nas contas nacionais de lucros e perdas. (Steiner, 2012, online)

No documento “Minuta Zero do documento base de negociação da Rio+20, enviado pela Coordenação Nacional da Rio+20” em janeiro de 2012, a economia verde é explicitamente colocada em primeiro plano. Porto-Gonçalves (2012) analisa a referida minuta, apontando que a primazia da dimensão econômica se dá de forma determinante, na contagem de 55 referências explícitas em 19 páginas, contra sete referências ao ambiental e seus derivados, e três na dimensão cultural.

A primazia dada à economia não é natural e não tem a universalidade

presumida pelo documento. Esse argumento ganha ainda mais consistência quando sabemos que por trás da ideia de economia, inclusive com seu adjetivo verde, está não diversas formas de economia, mas, sobretudo uma delas, a economia mercantil. (Porto-Gonçalves, 2012, online)

Percebemos, desta forma, que as conferências e reuniões de cúpulas promovidas pela ONU e seus órgãos estão adaptados aos termos do capitalismo mundial, da mesma forma que o que aparece nos meios de comunicação não é senão a face da economia que se apressa em soluções de adaptação aos efeitos crise ambiental. Reconhecido na área da pesquisa sobre energia, o professor Luís Pinguelli Rosa da Universidade Federal do Rio de Janeiro, secretário do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas também é fonte para comentar os temas da Rio+20:

Dos temas propostos no rascunho da Rio+20, Pinguelli questionou, por exemplo, a economia verde. “Não se sabe o que é economia verde. É um nome sem definição. Há uma ideia de que é uma coisa boa. Mas a economia (enquanto ciência) é boa também”. O secretário executivo do fórum definiu economia verde como uma coisa própria das Nações Unidas. “É ambíguo, uma coisa para todos concordarem, cada um interpreta de um jeito”. Em relação ao combate à pobreza, outro tema de debate previsto para a Rio+20, Pinguelli ressaltou ser um ponto muito importante e concreto. Declarou, entretanto, que “o capitalismo é um elemento perverso”. Daí ele não acreditar que será fácil a Rio+20 atingir o objetivo de erradicar a miséria do mundo. (Fórum..., 29 março 2012)

Nestes recortes das publicações, fica claro que os discursos sobre meio ambiente buscam a aparência de renovação e tratam o tema da mesma perspectiva do desenvolvimento sustentável. Tais discursos surgiram em 1972 e foram impulsionados pela Rio 92. Depois de 20 anos, ainda sob um véu de significados múltiplos, a política internacional e a disputa econômica em relação aos “recursos” naturais faz a questão ambiental um problema cada vez mais complexo, e pouco acessível à maioria da população.

Porém, o que fica claro é que a primazia do econômico ante o social e o ambiental ainda reina nas organizações políticas e institucionais mundo afora. Por isso, uma proposta toma forma no campo ambientalista, em propor a substituição da ideia da economia verde por “desenvolvimento de práticas sustentáveis” (Porto-Gonçalves, 2012) conceito este não

localizado dentro do sistema de valores quantitativos e econômicos, mas coerente com a diversidade cultural e ecológica do planeta.

5. Rio+20: desafios ampliados

Reuniões e publicações preparatórias à Rio+20 apontam várias questões sobre o contexto da conferência. Os problemas ambientais, sociais e econômicos são graves e amplamente divulgados. Para lidar com estes desafios existem os organismos internacionais, especialmente a ONU que, em função da falta de resultados satisfatórios também tem sido questionada. Com a crise econômica internacional, deflagrada em 2008, há um tom descrente quanto ao comprometimento dos governos nacionais no cumprimento de metas anteriormente assumidas.

Desde a divulgação do Draft Zero, várias manifestações foram críticas, apontando especialmente a falta de “ambição” do documento em relação à conferência. Ouvida pelo portal de notícias G1, a coordenadora de políticas públicas da ONG Greenpeace, Renata Camargo, disse faltar a sinalização de medidas efetivas para a redução do desmatamento, e para geração de energia limpa, por exemplo. (Carvalho, 11 janeiro 2012)

Em março de 2012, cientistas com trabalhos premiados na área ambiental se reuniram em Londres, no evento Planet Under Pressure (PUP, “planeta sob pressão”). O encontro foi promovido pelos quatro programas da Organização das Nações Unidas (ONU) voltados para a área ambiental: International Programme of Biodiversity Science (Diversitas), International Human Dimensions Programme on Global Environment Change (IHDP), World Climate Research Programme (WCRP) e International Council of Scientific Unions (ICSU). Este encontro divulgou um documento síntese em relação aos temas da Rio+20, expressando a posição da comunidade científica em relação aos temas, com objetivo de influenciar as discussões e decisões a serem tomadas na conferência.

O funcionamento do sistema terrestre que viabilizou a civilização nos últimos séculos está ameaçado e o resultado disso poderá ser uma emergência humanitária de escala global, com a intensificação das crises sociais, econômicas e ambientais. As ações amplas e urgentes necessárias para reverter esse cenário só serão viáveis com o estabelecimento de um

novos pacto entre a ciência e a sociedade, com maior conectividade entre as lideranças de todos os setores. (Comunidade científica..., 30 março 2012)

Apesar de este cenário não ser nada otimista, ainda assim há várias manifestações prévias em relação ao evento que demonstram uma certa esperança, de que há possibilidade de "de se gerar decisões e encaminhamentos urgentes e estruturantes para o avanço rumo a um modelo de desenvolvimento verdadeiramente sustentável." (Radar, 2011, p.6). Diversos pesquisadores de diferentes áreas e países tentam apresentar versões para os discursos sobre as necessidades e definições a serem tomadas na Rio+20. O evento sem dúvida faz parte do esforço de diferentes atores sociais, governos locais, nacionais, áreas científicas e dos movimentos sociais para que seja discutida e implementada uma nova agenda para o desenvolvimento, que respeite o meio ambiente.

Em relação às alterações climáticas, por exemplo, os alertas continuam e se intensificam nos meses que antecedem ao evento no Rio de Janeiro, como apontou o IPCC, no informativo divulgado em 28 de março, explicitando melhor a relação entre o aquecimento global e as emissões de gases do efeito estufa, com o calor excessivo, ciclones, inundações e secas. O documento foi baseado em mil estudos já publicados, e deve fazer parte do próximo grande relatório do IPCC, esperado até 2014⁵.

O ex-secretário-executivo da Convenção-quadro sobre Mudanças Climáticas, Yvo de Boer, no evento Planet Under Pressure, avaliou que a meta de dois graus Celsius como limite de aquecimento da terra não será atingida. Ela foi estabelecida em Copenhague, em 2009, e formalizada um ano depois em Cancún, com o compromisso de 195 partes da Convenção-quadro. Isso está ocorrendo porque não há cortes radicais nas emissões de gases causadores do efeito estufa, responsáveis pelas mudanças climáticas. Em 2011, conforme publicado no G1, "durante a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 17) em Durban, na África do Sul, os países concordaram em estabelecer um novo acordo climático em 2015 com entrada em vigor em 2020, colocando tanto os países ricos quanto os pobres pela primeira vez sob restrições legais comuns" (Não será possível..., 27 março 2012).

Bob Watson um dos participantes do PUP, ex-diretor do Painel Climático das Nações Unidas e conselheiro-chefe do Ministério britânico de Meio Ambiente afirmou à reportagem da *AFP*, publicada pelo *Yahoo Notícias*: "Os desafios que enfrentamos hoje são exatamente os mesmos que a (cúpula do) Rio encarou 20 anos atrás (...) "Simplesmente não agimos. A necessidade de ação está se tornando cada vez mais urgente a cada dia que passa", reiterou". (Sombras do antropoceno..., 27 março 2012) Ao anunciar o relatório parcial do IPCC no final de março de 2012, um dos responsáveis, Chris Field, declarou ao G1 que a mensagem principal é que "sabemos todas as decisões adequadas que devem ser tomadas sobre a forma de combater os riscos de catástrofes vinculadas ao clima". (Novo relatório..., 28 março 2012).

Ao lado destas indicações de que foram duas décadas perdidas, em que não houve ação efetiva de governança global para diminuir o impacto da crise ambiental, o governo brasileiro tenta fazer o papel de anfitrião e presidente deste evento, sendo que a inclusão da questão da erradicação da pobreza foi indicação do Brasil. A presidente do Brasil, Dilma Rousseff, em várias oportunidades destacou a importância da Rio+20 e a sua proposta de consolidar a ideia da economia verde, acrescentando que esta nova economia estaria atuando contra a pobreza e pela qualidade de vida, fazendo com que "as alternativas sejam associadas aos programas de transferência de renda, como os adotados no Brasil, e aos números positivos da economia nacional. (Dilma convida..., 29 março 2012)

Também em março, durante a reunião dos países que integram o Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), manifestaram-se para que "as nações emergentes e mais pobres não podem sacrificar o crescimento econômico com a justificativa de implantar uma economia verde no mundo", deixando claro que há assimetrias internacionais e dissenso quanto ao papel de cada país na construção do consenso em torno da economia verde. Na "Declaração de Delhi", apontam que "a erradicação da pobreza e o desenvolvimento com foco no social, ambiental e econômico devem ser entendidos como conceito de "economia verde" – definição que será feita na Rio+20. (Brics apoiam..., 29 março 2012)

Na 32ª Conferência Regional da Organização das Nações Unidas para Agricultura e

Alimentação (FAO)⁶, em Buenos Aires, na Argentina, os representantes dos 33 países da América Latina e do Caribe ratificaram a importância dos temas, como a necessidade erradicação da fome, e a adoção de políticas de desenvolvimento sustentável na perspectiva da economia verde. (Rio+20 também..., 31 março 2012)

Achim Steiner, Subsecretário-Geral da ONU e Diretor Executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), disse à *Agência O Globo/Yahoo*, que há a expectativa de que haja um documento político ao final da conferência. Neste sentido, apontaria para a economia verde, com a inclusão de indicação de energias limpas, necessárias para garantir o abastecimento mundial. Steiner, porém, ressalta que é preciso que seja “contemplada a discussão sobre quais os instrumentos políticos e de financiamentos disponíveis para viabilizar a transição para uma economia verde. E, por fim, precisamos reformar a governança global do desenvolvimento sustentável. Hoje, essa instituição é apenas uma comissão e muitos países não estão satisfeitos. É preciso fortalecer os programas ambientais da ONU”. (ONU cobra..., 31 março 2012)

Outro aspecto apontado como fundamental é estabelecer índices para medir o crescimento e desenvolvimento que levem em conta as questões ambientais. Segundo Steiner, existe um reconhecimento mundial de que “o PIB é um indicador imperfeito”. “O PIB, da forma que ele é calculado hoje, é um indicador que ignora os aspectos de bem-estar socioambiental. Acredito que seria um bom resultado para a Rio+20 a construção de um indicador aprimorado para medir desenvolvimento econômico, social e ambiental.” (ONU cobra..., 31 março 2012)

Na reunião de Londres, os especialistas do *Planet under pressure* apontam que os governos devem “incluir o valor dos recursos naturais dos seus países - e do uso ou perda deles - em medidas futuras da atividade econômica, ao invés de confiar apenas no cálculo do Produto Interno Bruto (PIB)”, conforme *G1/Reuters*. Ou seja, “A ideia de um indicador expandido, conhecido como PIB+, para incluir o PIB e o capital natural estará na pauta da conferência global a ser realizada no Rio de Janeiro em junho para tentar definir metas de desenvolvimento sustentável.” (Uso de recursos..., 28 março 2012).

Os cientistas declararam que:

A alta interconectividade da sociedade contemporânea pode ser aproveitada para estimular as inovações em uma velocidade sem precedentes. Mas, para isso, será preciso disponibilizar um acesso mais aberto ao conhecimento, o PIB deverá deixar de ser a única medida de progresso e será preciso estabelecer novos paradigmas de trabalho em cooperação internacional. Para que seja possível uma administração planetária mais eficaz, também será preciso desenvolver novos modos de participação em todos os níveis, lideranças mais fortes em todos os setores da sociedade e maior conectividade entre os que geram novos conhecimentos e o resto da sociedade. Será preciso, ainda, repensar os papéis da ciência, da política, da indústria e da sociedade civil. (Comunidade científica..., 30 março 2012)

As declarações dos cientistas, para Lidia Brito, presidente da conferência londrina, e diretora da divisão de Políticas Científicas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), também trazem um lado positivo, na medida em que há o reconhecimento da complexidade e urgência dos desafios atuais, propondo, desta forma, uma nova visão da ciência em relação à sustentabilidade global. Esta visão poderia trazer esperança:

“Temos uma mensagem positiva: com uma forte liderança em todos os setores e com o aproveitamento da crescente conectividade, temos a esperança de que o risco de uma crise ambiental de longo prazo seja minimizado”, disse Lidia Brito à Agência FAPESP. Segundo ela, que também é ex-ministra da Ciência de Moçambique, os cientistas apoiam o conceito de economia verde, reconhecendo que, com a globalização, as economias, as sociedades e a sustentabilidade ambiental e social são altamente interconectadas e interdependentes. “Essa nova conectividade é o início do caminho pelo qual a comunidade científica precisa operar. Nós precisamos de uma poderosa rede de inovação envolvendo o Norte e o Sul. Essa abordagem precisa fazer parte do nosso DNA a partir de agora”, disse Lidia Brito. (Comunidade científica..., 30 março 2012)

O componente político das discussões da Rio+20 também é constantemente levado em conta, quando o assunto é consenso. Em março de 2012, após uma rodada de negociações em Nova York sobre o documento Draft Zero, o assessor do Ministério do Meio Ambiente para a Rio+20 (Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável),

Fernando Lyrio, afirmou que houve avanços, porém os entraves continuam sendo entre países ricos e em desenvolvimento. O tema principal passa a ser: quem vai pagar? O Zero Draft passou de 19 para 178 páginas e a maior parte das sugestões não são consensuais. Entre os avanços, estaria a criação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, nos moldes dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, definindo compromissos e prazos fixos, em áreas prioritárias como energia, produção e consumo, e agricultura. (Carvalho, 29 março 2012).

No início de abril, durante a reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, a presidente Dilma Rousseff rebateu as críticas em relação aos projetos de desenvolvimento do governo, especialmente em relação à geração de energia. Ela afirmou que durante a Rio+20, “o Brasil tem a missão de propor novos paradigmas de crescimento, que não pareçam etéreos ou fantasiosos” (Lima, 04 abril 2012)

Considerações finais

Tendo como problemática esta disputa política e também simbólica, efetuada por meio da promoção dos discursos midiáticos na preparação à Rio+20, discutimos os desafios colocados pelos atores envolvidos e sua relação com o Jornalismo Ambiental. Verificamos que, historicamente, há o predomínio de cobertura ambiental voltada aos eventos que reúnem autoridades, sejam políticas ou científicas. No caso da Rio+20, no trimestre analisado, podemos confirmar que o jornalismo continua dando ênfase às declarações das autoridades e fontes oficiais, com pouco espaço para os demais atores sociais envolvidos. Em se tratando de internet, mesmo que haja maior democratização do acesso para divulgação de ideias, o volume de informações dos veículos tradicionais suplanta a visibilidade de organizações não-governamentais ou órgãos da imprensa alternativa.

Mesmo diante da complexidade do tema, no entanto, pode-se apontar que em alguns textos houve a preocupação de trazer contrapontos ao pensamento hegemônico, questionando-se conceitos essenciais que estão em jogo, como “economia verde”. Porém, salientamos que são pontuais e sempre dependem das fontes, no caso dos cientistas especialmente, a dúvida ou não em relação ao seu uso na política de meio ambiente.

A Rio+20 traz grande expectativa quanto aos seus resultados, mas há uma variedade de críticas em relação à sua organização e principalmente em relação ao seu alcance enquanto uma verdadeira Cúpula da Terra. Enquanto em 1992 havia uma série de elementos que davam um tom otimista, muito embora servindo de alerta, hoje a conferência traz mais desconfiança, pelo menos até que seus resultados sejam, efetivamente, contabilizados. Isso decorre especialmente da formulação dos discursos sobre meio ambiente que se encontram difusos, conflituosos e distantes do consenso, fato que pode ser explicado pelo momento atual da economia e da política internacionais.

As crises econômicas são oportunidades para que seja repensado o modelo de desenvolvimento hegemônico no mundo. Enquanto que a Rio 92 consagrou o conceito do desenvolvimento sustentável, e a adoção das convenções sobre a biodiversidade e o clima, o momento agora é outro. É preciso debater como chegar efetivamente ao alardeado “desenvolvimento sustentável”. A conferência Rio+20 pode apontar os caminhos para atingir este objetivo.

Certamente, 20 anos depois, há uma urgência ainda maior na definição dos rumos para garantir a sustentabilidade da vida no planeta, e os próprios ambientalistas e cientistas têm maior audiência e credibilidade nos tempos atuais. A Rio+20 precisa ir além, apontar uma guinada para a sustentabilidade global.

Em função dos estudos sobre a cobertura jornalística acerca das conferências ambientais, discutidas neste artigo, percebemos que a tendência do jornalismo é de seguir no enfoque maior à economia e à política. Há também uma expectativa de que exista uma maior variedade de fontes, em relação ao encontrado na Eco 92. Até o momento, na cobertura pré Rio+20, as questões governamentais dominaram o noticiário, assim como os desafios econômicos para implantação de uma sociedade sustentável. No entanto, pensando na responsabilidade social do jornalismo, em mostrar ao público as potencialidades e desafios contemporâneos, pensamos que podem surgir reportagens mais aprofundadas e que, de forma crítica, discutam o tema da economia verde.

Para que os cidadãos participem das discussões sobre o desenvolvimento e sustentabilidade do planeta, é preciso que eles entendam e tenham acesso a muitos pontos de vista diferentes. O Jornalismo Ambiental possui este lugar e deve ser exercitado para que as decisões da Rio+20 possam ter mais articulação da sociedade civil. Somente com informação qualificada as pessoas poderão interferir no fazer político que trata dos futuros rumos da vida neste planeta.

Nessa perspectiva, espera-se que a cobertura jornalística da Rio+20 atenda aos preceitos do Jornalismo Ambiental de incorporar a visão sistêmica e respeitar a complexidade da temática. Espera-se, assim, que o jornalismo atue na defesa do interesse público e não de interesses privados. Para tanto, precisará dar voz e visibilidade aos diferentes atores sociais que estarão presentes no evento. Os movimentos socioambientais e os cientistas conectados com a visão ecológica, de construção de uma vida sustentável deverão ter espaço. Os problemas são graves e exigem soluções verdadeiras, sem paliativos ou maquiagem. Os profissionais que produzem informações que atingem multidões quase que instantaneamente têm a responsabilidade de contribuir com a transformação necessária, e não para a manutenção de um modelo que se reinventa para que tudo fique da mesma forma. Afinal, é a defesa da vida que está em jogo.

Referências

Abreu, M.S.de. (2006). *Quando a palavra sustenta a farsa: o discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável*. Florianópolis: Editora da UFSC. Apud BUENO, W.C. (2011) Jornalismo Ambiental e transparência corporativa: o marketing verde como estratégia de mistificação. *Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e cultura.*, 1 (2). Recuperado em 08 abril de 2012 <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/acaomidiatica/article/view/26426>

Andrade, T. H.N.de. (1994) *Meio ambiente e imprensa: estudo de caso sobre a Eco-92 e o Fórum Global*. Dissertação de mestrado, Unicamp, Campinas, São Paulo, Brasil. Recuperado em 18 março de 2012 <http://www.ifch.unicamp.br/pos/so/dissertacoes/1994/78.pdf>

Arruda, D.J.de. (2006). *Imprensa e meio ambiente: as mudanças na cobertura jornalística entre a Rio-92 e a Rio + 10 - o caso da Gazeta Mercantil*. Dissertação de mestrado, ECA-USP, SP, São Paulo, Brasil. Recuperado em 18 março de 2012 www.pos.eca.usp.br/sites/default/files/.../2006-me-arruda_denise.pdf

Barros, A.T.de. (2001). Ecologia em revistas: análise de conteúdo das revistas Veja e Istoé nas décadas de 1970 a 1990. *Revista Ciberlegenda*, v. 4. Recuperado em 20 março de 2012
<http://www.uff.br/mestcii/teixeira1.htm>

Brics apoiam 'economia verde' que não afete crescimento de emergentes. (2012, março 29). *GI*. Recuperado em 29 março de 2012
<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/03/brics-apoiam-economia-verde-que-nao-afete-crescimento-de-emergentes.html>

Bueno, W.C. (2007). *Comunicação, jornalismo e meio Ambiente*. São Paulo, SP, Brasil: Mojoara.

Bueno, W.C. (2011) Jornalismo ambiental e transparência corporativa: o marketing verde como estratégia de mistificação. *Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e cultura.*, 1 (2). Recuperado em 8 abril de 2012
<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/acaomidiatica/article/view/26426>

Capra, F. (1996) *A teia da vida*. São Paulo, SP, Brasil: Cultrix.

Capra, F. (2003). Alfabetização ecológica: O desafio para a educação no século 21. In TRIGUEIRO, A.(org.). *Meio ambiente no século 21* (pp-18-33). Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Sextante.

Carvalho, E. (2012, janeiro 11). Rio+20 divulga primeiro rascunho de texto-base da conferência. *GI*. Recuperado em 28 março de 2012

<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/01/rio20-divulga-primeiro-rascunho-de-texto-base-da-conferencia.html>

Carvalho, E. Entraves no novo rascunho da Rio+20 são por dinheiro, diz negociador. (2012, março 29). *GI*. Disponível em: <<http://g1.globo.com//noticia/2012/03/novo-rascunho-da-rio20-tem-avancos-e-entraves-diz-governo.html>>

Comunidade científica faz recomendações para a Rio+20. (2012, março 30). *Agência Fapesp*. Recuperado em 30 março de 2012

<http://agencia.fapesp.br/15386>

Dilma convida integrantes do Brics para a Rio+20. (2012, março 29). *DCI*. Recuperado em 29 março de 2012

<http://www.dci.com.br/dilma-convida-integrantes-do-brics-para-a-rio+20-id288122.html>

Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas apresenta proposta sobre a Rio+20 para Dilma. (2012, março 29). *Agência Brasil*. Recuperado em 29 março de 2012

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-03-29/forum-brasileiro-de-mudancas-climaticas-apresenta-proposta-sobre-rio20-para-dilma>

Girardi, I., Camana, A., Massierer, C., Moraes, C.H. de., Loose, E.B., Neuls, G., Gertz, L.

(2011) Discursos e vozes por trás das COP-15 e COP-16. *Anais do VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: UFRJ.

Girardi, I., Loose, E., Massierer, C., Schwaab, R. (2010) Jornalismo Ambiental: caminhos e descaminhos. *Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*. São Luís, Maranhão, Brasil: UFMA.

Girardi, I., Pedroso, R.N., Baumont, C..(2011). Jornalismo e Sustentabilidade: as armadilhas do discurso. In Girardi, I.; Loose, E.; Baumont, C. (orgs.). *Ecos do Planeta: Estudos sobre Informação e Jornalismo Ambiental* (p. 47-62). Porto Alegre, RS, Brasil: UFRGS.

Hannigan, J. (1995). *Sociologia Ambiental: a formação de uma perspectiva social*. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget.

Instituto de Estudos da Religião (Iser). (2008). O que as lideranças brasileiras pensam sobre mudanças climáticas e o engajamento do Brasil. Recuperado em 15 março de 2012 <http://www.ecodesenvolvimento.org.br/biblioteca/livros/o-que-as-liderancas-brasileiras-pensam-sobre-as>

Lima, L. Dilma diz que não há espaço para fantasias na Rio+20. (2012, abril 4). *Agência Brasil*. Recuperado em 07 abril de 2012

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-04-04/dilma-diz-que-nao-ha-espaco-para-fantasias-na-rio20>

Maior desafio da Rio+20 será obter consenso sobre propostas finais, diz ministra. (2012, março 27). *DCI*. Recuperado em 27 março de 2012

<http://www.dci.com.br/maior-desafio-da-rio+20-sera-obter-consenso-sobre-propostas-finais,-diz-ministra-id287752.html>

Manual de Comunicação e Meio Ambiente. (2004). São Paulo, SP, Brasil: Peirópolis.

Moraes, C.H.de; Corrêa, A. M. F. (2008). Entre o susto e o esquecimento: Jornalismo Ambiental na lógica da indústria da informação In Girardi, I.M.T.; Schwaab, R.T. *Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões*. 1 ed. Porto Alegre: Dom Quixote.

Não será possível limitar aquecimento a 2°C, diz ex-chefe climático da ONU. (2012, março 27). *G1/France Press*. Recuperado em 27 março de 2012 <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/03/nao-sera-possivel-limitar-aquecimento-2c-diz-ex-chefe-climatico-da-onu.html>

Novo relatório do IPCC prevê mais desastres climáticos no futuro. (2012, março 28). *G1*. Recuperado em 28 março de 2012

<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/03/novo-relatorio-do-ipcc-preve-eventos-extremos-do-clima-nos-proximos-anos.html>

ONU cobra resultado concreto na Rio+20. (2012, março 31). *Yahoo notícias*. Recuperado em 31 março de 2012

<http://br.noticias.yahoo.com/onu-cobra-resultado-concreto-rio-20-200013630.html>

Porto=Gonçalves,C.W. (2012, janeiro 16). *Sustentando a insustentabilidade*: Comentários à Minuta Zero do documento base de negociação da Rio+20. Associação dos Geógrafos Brasileira (AGB). Recuperado em 10 março de 2012

<http://racismoambiental.net.br/2012/01/sustentando-a-insustentabilidade-comentarios-a-minuta-zero-do-documento-base-de-negociacao-da-rio20-por-carlos-walter-porto-goncalves/>

Radar Rio+20: por dentro da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. (2011). São Paulo: FGV; ISA; Vitae Civilis.

Ramos, L.F. (1995). *Meio ambiente e meios de comunicação*. São Paulo, SP, Brasil: Annablume.

RIO+20 também dará prioridade ao combate à fome e à pobreza no mundo. (2012, março 31). *Revista Exame*. Recuperado em 2 abril de 2012
<http://exame.abril.com.br/economia/mundo/noticias/rio-20-tambem-dara-prioridade-ao-combate-a-fome-e-a-pobreza-no-mundo>

RIO+20: aquecendo os motores. (2012, março 12). *Ciência Hoje*. Recuperado em 12 março de 2012 <http://cienciahoje.uol.com.br/noticias/2012/03/rio-20-aquecendo-os-motores>

Rygaard, C. (2002) *Ascensão, declínio e retomada do verde na mídia*. Monografia, CPAP/Embrapa, Brasil. Disponível em:
<<http://www.cpap.embrapa.br/teses/online/MON01.pdf>> Acesso em 15 mar. 2012.

Solón, P. Países em desenvolvimento na defensiva diante da 'economia verde'. (2012, abril 4). *Cúpula dos Povos*. Recuperado em 05 abril de 2012
<http://cupuladospovos.org.br/2012/04/paises-em-desenvolvimento-na-defensiva-diante-da-economia-verde-na-rio20/>

Sombras do antropoceno podem ofuscar a Rio+20. (2012, março 26). *AFP/Yahoo notícias*. Recuperado em 27 março de 2012

<http://br.noticias.yahoo.com/sombras-antropoceno-podem-ofuscar-rio-20-221307313.html>

Sorrentino, M. (2005, agosto 24). Palestra de abertura do Encontro Pan-Amazônico de Educação Ambiental. Belém, Pará, Brasil.

Steiner, A. (2012, fevereiro 14). *Quatro décadas de desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Centro de Informação das Nações Unidas Rio de Janeiro (UNICRIO). Recuperado em 20 março de 2012

<http://unicrio.org.br/quatro-decadas-de-desenvolvimento-achim-steiner>

Uso de recursos naturais deve ser incluído no cálculo do PIB, diz estudo. (2012, março 28). *G1/Reuters*. Recuperado em 28 março de 2012
<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/03/uso-de-recursos-naturais-deve-ser-incluido-no-calculo-do-pib-diz-estudo.html>

Villar, R. (1997, outubro). *Jornalismo Ambiental: evolução e perspectivas*. Laboratório Ambiental de Jornalismo, Agir Azul. Campo Grande, MT: UFMT. Recuperado em 27 fevereiro de 2012

<http://www.agirazul.com.br/artigos/jorental.htm>

^a Mestre em Comunicação Científica e Tecnológica pela Universidade Metodista de São Paulo (Brasil) e doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (Brasil). É Jornalista e Professora na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação e Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no Brasil. Desenvolve pesquisas com ênfase em jornalismo ambiental. E-mail: ilza.girardi@ufrgs.br

^b Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Brasil) e doutoranda em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no Brasil. Jornalista, é professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Brasil. Pesquisa as áreas de jornalismo, Meio Ambiente e discurso jornalístico.
E-mail: chmoraes@gmail.com

^c Mestre em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e doutoranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), no Brasil. Jornalista e pesquisadora envolvida com comunicação ambiental, com ênfase nos discursos jornalísticos.
E-mail: eloisa.loose@gmail.com

¹ O NEJ/RS nasceu dentro do movimento ambientalista gaúcho, em 22 de junho de 1990. Foi o pioneiro no Brasil. Em 19 anos de atuação no Rio Grande do Sul, já organizou vários cursos de qualificação para jornalistas, seminários e debates com a população, elaborou manual e outros materiais para discutir o papel da imprensa na cobertura do meio ambiente. A partir da experiência do NEJ/RS, outros núcleos brasileiros surgiram, e foi por iniciativa do núcleo gaúcho que se criou a Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental (1998). Mais tarde, em 2000, o NEJ/RS esteve à frente também do surgimento da Rede de Comunicação Ambiental da América Latina e do Caribe (2000). Já recebeu diversos prêmios de reconhecimento público. Atualmente, realiza o programa radiofônico “Sintonia da Terra”, mantém a agência de notícias ambientais “EcoAgência”.

² Conhecida mundialmente como Rio 92, a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano (realizada em 1992 no Rio de Janeiro) teve como principal tema a discussão sobre o desenvolvimento sustentável e sobre como reverter o atual processo de degradação ambiental. Foi a maior reunião de chefes de Estado da história da humanidade, com a presença de mais de 100 governantes. Já a Rio +10 ou Eco 2002 ocorreu em Johannesburgo, na África do Sul. Seu principal objetivo foi discutir e avaliar os acertos e falhas nas ações relativas ao meio ambiente mundial nos últimos dez anos.

³ O pensamento sistêmico, segundo Capra (2003), percebe tudo de maneira interligada. A perspectiva fragmentada e isolada na qual um fato independe do outro não existe conforme a visão sistêmica.

⁴ Abreu, Míriam Santini de. (2006). *Quando a palavra sustenta a farsa: o discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável*. Florianópolis: Editora da UFSC. Apud BUENO, Wilson da Costa. (2011) *Jornalismo ambiental e transparência corporativa: o marketing verde como estratégia de mistificação*. *Revista Ação Midiática*. V. 1, n.2.

⁵ “O planeta deve se preparar para enfrentar um aumento do calor, das secas mais fortes e, em algumas regiões, chuvas mais violentas devido ao aquecimento global, segundo novo relatório do Painel

Intergovernmental sobre Mudança do Clima (IPCC). O documento com 592 páginas foi divulgado nesta quarta-feira (28) com o título "Gestão de riscos de eventos extremos e desastres para avançar na adaptação às mudanças climáticas". (Novo relatório..., 28 mar 2012)

⁶ “O representante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) no Brasil, o moçambicano Hélder Muteia, disse que é preciso repensar urgentemente a forma de desenvolvimento utilizada pela grande maioria dos países. Ele defendeu um novo modelo de desenvolvimento que incorpore o conceito de sustentabilidade.” (Maior desafio..., 27 março 2012)